



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

**TOMADA DE PREÇOS nº 01/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de modernização e assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, com cobertura total de peças, de elevadores dos edifícios do TRT3

**IMPUGNANTE:** TK Elevadores Brasil Ltda

**1. RELATÓRIO**

*TK Elevadores Brasil Ltda*, CNPJ 90.347.840/0007-03, apresentou **IMPUGNAÇÃO** ao Edital em epígrafe, requerendo a revisão de cláusulas diversas do instrumento convocatório, sobretudo no que tange ao seguro de responsabilidade civil, à garantia dos serviços, à dosimetria das multas contratuais, à alegada afronta ao direito de propriedade intelectual e cláusulas de subcontratação. Solicita, ainda, esclarecimentos acerca de questões de natureza técnica.

A Secretaria de Gestão Predial - SEGPRES, unidade técnica/demandante da presente licitação, manifestou-se acerca das alegações da impugnante.

É o relatório.

**2. ADMISSIBILIDADE**

**2.1 – Tempestividade**

O §1º do art. 41 da Lei 8.666/93, regente da presente licitação, dispõe que *“qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação”*.

O §2º do mesmo dispositivo legal, determina que *“decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o **segundo dia útil que anteceder** a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, **a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso**”*.

No presente caso, a abertura dos envelopes foi designada para o dia 20/12/2022, às 09h00, e a impugnação foi apresentada por intermédio de correspondência eletrônica enviada no dia 15/12/2022, às 11:51hs, sendo, por-



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

tanto, tempestiva, já que a impugnante realizou vistoria técnica, devendo participar da licitação, e, por isso, é considerada licitante.

### **3. MÉRITO**

#### **3.1 Da Exigência de Seguro de Responsabilidade Civil**

A impugnante contesta o item 18.1 do Projeto Básico, que faz exigência de apólice de seguro de responsabilidade civil e acidentes pessoais, sob o argumento de que *“a TK Elevadores Brasil Ltda já possui tal seguro de responsabilidade civil de forma ampla em seus contratos”*, fazendo-se desnecessária tal cláusula.

No que se refere ao seguro, a SEGPRE ponderou que *“a pretensa licitante possui contratos de manutenção vigentes com este Regional e, tal como ocorre nos contratos vigentes, tal apólice será aceita para o atual certame dada a ampla abrangência citada. Dessa forma, não se faz necessária a alteração do edital”*.

Assim, dada a necessidade da cobertura securitária mencionada, não há que se falar na alteração do edital.

#### **3.2 Da Garantia dos Serviços**

Requer a Impugnante que o prazo de 12 (doze) meses previsto para a garantia dos serviços no item 12.1 do Projeto Básico seja revisto, aduzindo, para tanto, que, *“não há como uma fabricante de elevadores estender a garantia de 12 (doze) meses para um equipamento após a finalização de seu contrato, quando outra empresa poderá estar a cargo da manutenção do equipamento que forneceu e instalou”*.

A este respeito, a unidade técnica manifestou o seguinte:

*“O prazo contratual previsto no certame é de 36 (trinta e seis) meses. Conforme cronograma previsto, os trabalhos de modernização devem ser encerrados nos prazos de 12(doze) meses para os elevadores da Avenida Getúlio Vargas 265 e em 15(quinze) meses para os elevadores da Avenida Getúlio Vargas 225, sendo a garantia de 12 meses iniciada após a entrega dos trabalhos de modernização.*

*Considerando os prazos, temos o seguinte cenário:*

- *Elevadores da GV 265: Após a modernização(prevista para 12 meses), o contrato de manutenção permanecerá com vigência válida por mais 24(vinte e quatro) meses, tendo que cumprir apenas 12 (doze) em garantia.*



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

- *Elevadores da GV 225: Após a modernização (prevista para 15 meses), o contrato de manutenção permanecerá com vigência válida por mais 21(vinte e um) meses, tendo que cumprir apenas 12 (doze) em garantia.*

*Dessa forma, indefere-se o pedido de impugnação por haver prazo suficiente para que a garantia seja prestada dentro do prazo contratual”.*

De fato, a presente licitação contempla os serviços de modernização e posterior assistência técnica, manutenção corretiva e preventiva dos elevadores Assim, a mesma empresa que fizer a modernização, também prestará, na sequência, os serviços de manutenção, por prazo superior a 12 (doze) meses, como bem apontado pela área técnica.

Assim, não há que se falar na alteração do edital, neste ponto.

### 3.3 Da dosimetria nos percentuais das multas contratuais

A impugnante discorda também das multas estipuladas nos instrumento convocatório, as quais, segundo ela, “em geral tem como base de cálculo o valor global do contrato”.

*Aduz que, “usar o valor global como referência para a aplicação das multas se mostra atentatório aos basilares princípios da proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que o percentual aplicado sobre o valor total do contrato é excessivo e altamente oneroso frente a tipificação definida no contrato”.*

Requer a alteração do edital para retificação dos percentuais das multas, “alterando seu patamar máximo ao limite de 10% sobre o valor da parcela inadimplida”.

Relativamente ao tema, a SEGPRE justificou a necessidade de manutenção das multas nos citados patamares, pontuando que “os percentuais são os adotados por este regional e não devem ser alterados. Ademais, a penalização será sopesada de acordo com o caso, podendo ser aplicada em percentual até aquele especificado, podendo, portanto, ser inferior”.

Cumprе mencionar, ainda, a manifestação da área técnica sobre o tema, em recente licitação realizada neste Regional, com objeto semelhante, mas para a modernização e manutenção de elevadores de outro prédio pertencente ao Tribunal (Tomada de Preços 01/2021):



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

*“[...] uma vez iniciados os serviços de modernização com determinada fabricante, este deve ser conduzido até o final e, em um eventual abandono das obras iniciadas por determinada fabricante, traria enormes prejuízos para este Regional, visto que as modernizações parcialmente realizadas seriam quase que na totalidade perdidas e não poderiam ser continuadas por outra fabricante por terem componentes e tecnologias empregadas que são de domínio de cada fabricante e que não se “comunicam”.*

*Ademais, a penalização será sopesada de acordo com o caso, podendo ser aplicada em percentual até aquele especificado, podendo portanto ser inferior”.*

Deste modo, não há que se falar na alteração do edital, no que concerne à dosimetria das penalidades e multas.

### **3.4 Da alegada afronta ao direito de propriedade intelectual**

Discorda também a Impugnante do Parágrafo Sexto da Cláusula Terceira da Minuta Contratual, segundo a qual:

**Parágrafo Sexto:** *Deverá ser instalado pela CONTRATADA o software para o sistema de controle dos elevadores, compatibilizando os elevadores modernizados de acordo com as configurações requeridas nos itens indicados na Cláusula Primeira deste contrato. A licença, para utilização do software, e o arquivo necessário à reinstalação do sistema de controle de tráfego, devem ser repassados ao CONTRATANTE. No caso de haver troca do microcomputador, o software controlador de tráfego poderá ser reinstalado e caso o acesso ao software seja bloqueado por senha, essa deve ser repassada ao CONTRATANTE, por meio de documento impresso (ou virtual) entregues juntamente com os projetos “as build”.*

*Alega que a exigência “não pode ser atendida da forma exigida pelo edital, sob pena de quebra de sigilo de segredo industrial”, uma vez que “a tecnologia desenvolvida pelo impugnante envolve altíssimos investimentos”, e que “a Lei de Propriedade Industrial garante proteção contra a divulgação, exploração ou utilização de informações ou dados confidenciais utilizáveis na indústria, comércio ou prestação de serviços, obtidos em razão da relação contratual, mesmo após o término do contrato”.*

Instada a se manifestar, a área técnica argumentou o seguinte:

*“A modernização dos equipamentos inclui o fornecimento de sistema controlador de tráfego dos equipamentos. Tal controle, dentre outras*



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

*coisas, é feito a partir de software instalado em computador exclusivo e que será fornecido por este Regional.*

*O sistema disponibilizado para controlar os elevadores deve ser uma parte funcional durante toda a vida útil dos equipamentos e, como se sabe, microcomputadores podem apresentar problemas em seu funcionamento e ou serem trocados por outros com sistemas operacionais mais modernos e menos sujeitos a vulnerabilidades. Não se pode admitir que este regional adquira um software para funcionamento de um equipamento que é de sua propriedade e fique dependente do fabricante, caso tenha que trocar um microcomputador, e ainda tendo que arcar com custos adicionais em momentos futuros.*

*Ademais, como bem citado, o que se pede é a licença do software e o arquivo para um futura reinstalação. Em nenhum momento é solicitado acesso ao código fonte que faz o software funcionar. Como acontece quando se adquire qualquer software de mercado que deve ser licenciado por uma licença paga, sempre é fornecido o arquivo instalador e a licença para o funcionamento daquela cópia somente, sem que isso comprometa a propriedade intelectual da fabricante.*

*Sendo assim, **indefere-se o pedido de impugnação deste Item**”.*

Como se vê, não prosperam, também neste ponto, os argumentos da impugnante.

### 3.5 Da Subcontratação

Por fim, a Impugnante pleiteia que o edital franqueie *“de forma clara e objetiva que a possibilidade de subcontratação deverá incluir serviços de montagem e instalação, o qual não se vislumbra objetivamente previsto no instrumento e na minuta do contrato”*, posto que o objeto licitado, que envolve a prestação de serviço de modernização de equipamentos, *“também englobará a execução de obras civis e elétricas necessárias para a adequação do(s) local(is) onde haverá a instalação/modernização do(s) equipamento(s)”*.

A Impugnante alega que o edital e o contrato possuem previsão de subcontratação, arrolando determinadas atividades, porém *“não se vislumbra, objetivamente destacado, a possibilidade de subcontratação de serviços de montagem e instalação de elevadores”*.

A este respeito, veja-se o entendimento da unidade técnica:

*No item de subcontratação no projeto básico (item 9), destacamos alguns serviços apenas como exemplo, portanto item não taxativo, como na redação abaixo:*

*9. Será permitida a subcontratação apenas de serviços técnicos cuja especialização não esteja diretamente ligada às empresas de fabricação, instalação e*



## PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO

*manutenção de elevadores, como, por exemplo, serviços de obras civis, usinagem, etc. Tais serviços, geralmente, são executados por empresas especializadas em cada uma das atividades como são o caso de usinagens, acabamento superficial e programação do controle de tráfego e, portanto, há a necessidade de se subcontratar alguns serviços.*

*É impraticável que sejam listadas todas as atividades que poderão ser subcontratadas, visto a complexidade do objeto. Dessa forma, rejeita-se a impugnação apresentada.*

Assim sendo, nada a prover.

### 3.4 Dos pedidos de esclarecimentos

Além dos apontamentos retromencionados, a impugnante faz questionamentos de natureza técnica, os quais foram submetidos à apreciação da SEGPRES, que assim se manifestou:

#### 1) - Das Especificações Técnicas

##### **Item 9.1. Painel de operação e sistema de chamadas falsas**

O termo de referência, no item 9.1, traz a ressalva sobre os sistemas de Antecipação de Chamadas, conforme transcrito abaixo.

OBS: Para o LOTE 1, onde há o sistema de antecipação de chamadas **deve-se adequar os recursos ao solicitado de forma a cumprir as exigências contidas em normas que regem a matéria.**

Dessa forma, entendemos que se os recursos não são aplicáveis aos sistemas de Antecipação de Chamadas, não serão exigidos, por uma lógica de funcionamento.

##### **Item 9.1 - kit de Lubrificação**

No texto da impugnação apresentada pela licitante já possui a resposta para o pedido de esclarecimento, posicionamento transcrito abaixo.

Fornecimento e instalação, para cada elevador operando com correções de Nylon, de kit de lubrificação automática e dos coletores de óleo no poço. O kit de lubrificação, por questões técnicas, é dispensado nos equipamentos que utilizam correções de rolo (Roller guides)

##### **Item 9.1 - Indicador de Posição**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**

O indicador de posição **do pavimento** é dispensado conforme transcrição abaixo.

*OBS: Para o lote 1, os elevadores devem ser identificados pelas letras A, B e C, conforme condição para utilização do sistema de antecipação de chamadas.*

No entanto, o indicador de posição no interior da cabina é sim necessário e exigido.

**Item 1 - Velocidade Nominal**

O item apontado está na descrição dos equipamentos atuais e não é uma exigência para os futuros equipamentos. Na modernização serão mantidos os parâmetros de funcionamento atuais. Os dados foram retirados dos documentos técnicos que dispomos.

**4. CONCLUSÃO**

Ante o exposto, resolve a Presidente da Comissão de Licitação receber e conhecer da impugnação oferecida por *TK Elevadores Brasil Ltda* e, no mérito, desprovê-la, nos termos da fundamentação supra, levando em consideração também os termos do parecer emitido pela unidade técnica, o qual adota em sua integralidade, fazendo parte deste *decisum*.

Mantida a data de abertura do certame.

Remeta-se cópia desta decisão, por meio eletrônico, à impugnante, disponibilizando-a e publicando-a no sítio eletrônico deste Tribunal.

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2022.

**Graziella Melgaço Pires Furtado de Mendonça**  
Presidente da Comissão de Licitação